

# Vínculo e afeto na atualidade: impactos do novo capitalismo

Bond and affection at the present days: impacts of the new capitalism

Bono y afecto hoy: impactos del nuevo capitalismo

**José Carlos Chaves Brazão**

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

---

## **Resumo**

Apresentamos uma problemática muito frequente nas observações clínicas contemporâneas, articulando-a às modulações do capitalismo atual. A temática do vínculo aparece muitas vezes clara e em outras vezes como pano de fundo das questões no exercício da clínica. Utilizamos, como método, a pesquisa bibliográfica aliada à prática clínica e partimos do suposto que as mutações do capitalismo produzem efeitos sobre os modos de subjetivar, muitas vezes negativos. Esses efeitos não passam despercebidos do olhar clínico e sua notação se faz evidente em relatos desde os anos pós Segunda Guerra Mundial. Em paralelo trouxemos contribuições de teóricos e clínicos que trabalham com a afetividade, apontando como o vínculo pode, analogamente ao capitalismo, ter seus modos de constituição modulados, afirmando a potência humana em organizar sua subjetividade, seu território existencial e resistir às forças de desestabilização, em cada momento histórico e em cada sociedade.

**Palavras-chave:** Vínculo; Subjetividade; Afeto; Capitalismo; Intersubjetividade.

## **Abstract**

We present a very frequent problem in contemporary clinical observations, linking it to the modulations of contemporary capitalism. The theme of the bond appears many times clear and at other times as the background of the issues in psychological clinical practice. We use the bibliographic method of research associated to clinical practice and start from alleged that mutations of capitalism produce effects on the modes of subjectivation, often negatives. These effects did not go unnoticed under the clinical eyes and its notation is evident in reports since World War II years. In parallel we brought the contributions of the theoretical and clinicians who work with affection, pointing as the bond can, analogously to capitalism, modulate their modes of constitution, stating human potency to organize their subjectivity, their existential territory and to resist to the unbalanced forces that strike it, in each historical moment and in every society.

**Key-words:** Bond; Subjectivity; Affect; Capitalism; Intersubjectivity.

### Resumen

Se presenta un problema muy frecuente en las observaciones clínicas contemporáneas, vinculando-la a las modulaciones del capitalismo contemporáneo. El tema del bono aparece muchas veces clara y en otras ocasiones como el fondo de las cuestiones de la práctica clínica. Se utilizó, como método, la literatura combinada con la práctica clínica y partimos del supuesto que las mutaciones del capitalismo producen efectos en los modos de subjetivación, a menudo negativas. Estos efectos no pasaron desapercibidos a los ojos de los clínicos y su notación es evidente desde los informes de correos años de la Segunda Guerra Mundial. Paralelamente traído las aportaciones de los teóricos y clínicos que trabajan con el afecto, señalando cómo ese bono puede, análogamente al capitalismo, cambiar sus modos de constitución, declarando la potencia humana en organizar su subjetividad, su territorio existencial y resistir a las fuerzas de desagregación, en cada momento histórico y en cada sociedad.

**Palabras Clave:** Bono; Subjetividad; Afecto; Capitalismo; Intersubjetividad.

---

Neste texto procuramos abordar uma temática cada vez mais presente na atualidade, seja nos consultórios particulares, seja nos debates acadêmicos, ou na literatura clínica recente: o vínculo entre pares, inter familiar, intra grupal, entre paciente e terapeuta, e suas relações com as práticas atuais do capitalismo. Autores como Guattari e Rolnick (1986), Neves (2002) e (Sennett, 1999), dentre outros, apontam que tais práticas são de controle, de modelização estética, de captura subjetiva dos modos existenciais e de assujeitamento do indivíduo às políticas econômicas que ditam as regras dos contratos de trabalho. Com isso, partiremos do princípio de que as transformações dos modos de

produção do capitalismo, após as duas grandes guerras, geraram impactos profundos não somente na economia mundial, mas em toda a subjetividade no mundo ocidental, em seus planos micro e macromolecular, alterando rotinas individuais e coletivas, criando novas relações com o trabalho e, necessariamente, com os modos de vida. Determinados efeitos destas transformações encontraram na clínica um espaço privilegiado para sua expressão, sendo sinalizados pelo crescimento de um tipo característico de pacientes, portadores de certos transtornos da personalidade que incidiam diretamente sobre sua afetividade. Estes pacientes chamavam a atenção pelo conjunto de sua problemática e, principalmente, pelo modo com que estabeleciam

seus vínculos afetivos - sociais, familiares e amorosos – trazendo à tona a questão se tais pacientes, de fato, estabeleciam vínculos.

O quadro sintomático que estes pacientes apresentavam levou terapeutas como Donald Winnicott, Heinz Kohut e Masud Khan, dentre outros, a forjarem novas hipóteses de trabalho, já que as teorias da época se mostravam insuficientes para dar conta dos emergentes fenômenos que estavam sendo observados. Este procedimento não é incomum na clínica psi, e nem mesmo em outras áreas do domínio científico, já que o motor do conhecimento não é outra coisa se não a própria dinâmica dos fatos cotidianos aliada à curiosidade do cientista. Além disso, é de consenso na comunidade científica que os conceitos recobrem apenas uma parte muito limitada da realidade conhecida e que sua parte desconhecida é infinitamente maior, havendo a necessidade da incessante produção de novos conceitos que façam jus às novas descobertas (Deleuze & Guattari, 1992; Heinsenber, 1958). Dessa maneira, as teorias em Psicologia Clínica, e em Psicanálise, foram enriquecidas tanto pela descrição dos novos quadros patológicos quanto pela produção teórica por eles demandada. No entanto, a despeito da produção teórica diante da nova fenomenologia, identificada nos consultórios por diferentes

terapeutas, permaneceu a questão: essas subjetividades fariam vínculos afetivos? Ou estariam elas se vinculando através de outros modos menos explorados pelo olhar clínico da época em que começaram a se tornar evidentes?

### **A Crise do Vínculo no Contemporâneo**

A clínica contemporânea é experimentada em um contexto histórico e político extremamente fluido, cujos efeitos são percebidos nos modos de subjetivar atuais: “O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado (...) A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado” (Guattari, 1992 p.169). Nesse contexto, as relações sociais – familiares, amorosas, profissionais, terapêuticas etc - se organizam sob a lógica capitalística pós-industrial, voltada para o ganho imediato, para a volatilidade dos mercados financeiros (Bauman, 1998), e que opera, em sua axiomática, impelindo os processos de subjetivação aos seus limites de mudança, ao mesmo tempo em que os comprime entre territórios identitários, tipo prêt-à-porter (Deleuze & Guattari, 1972 p.52-53, Guattari, 1989; Guattari & Rolnik, 1986). Dinâmica de movimento paradoxal que oculta seu caráter perverso, pois, ao mesmo tempo em que estimula ao máximo a expansão da vida, oferecendo

um “infinito” de possibilidades, através de políticas cujas palavras de ordem são a flexibilização profissional e a adaptação às necessidades do mercado (Sennett, 1999), a constrição através de dispositivos de captura, de controle, e de modelização estética e existencial (Guattari & Rolnik, 1986; Neves, 2002).

Mas a desterritorialização não é um fenômeno exclusivo do contemporâneo (Deleuze & Guattari, 1972, 1980, 1980a; Guattari, 1992; Guattari & Rolnik, 1986; Rauter, 2005). De fato, ela é concebida como uma fase intrínseca à atividade constitutiva de todo e de qualquer território existencial - conceito cuja concepção é inspirada antes na etologia do que na política, e certamente implica o espaço, mas não consiste em uma circunscrição objetiva de um lugar geográfico, pois o território se expande à dimensão das relações entretidas por uma individualidade ou por um grupo e inclui, em um mesmo agenciamento, objetos e pessoas, o que lhe confere uma característica de conjunto sócio-técnico (Deleuze & Guattari 1980, 1980a; Zourabichvili, 2004). A sua vez, a desterritorialização não extingue um território, mas o incita a transformar-se (Deleuze & Guattari 1980, 1980a, Zourabichvili, 2004). Ela não opera como uma força entrópica que esvai o território até o seu colapso vital, mas age como um mecanismo infalível que, paulati-

amente, desorganiza os agenciamentos que mantêm o território estável. Os territórios se fundam, derivam, se desmancham e se refazem, e nesse movimento a desterritorialização encontra seu lugar. Todavia, mesmo sendo a desterritorialização um processo inerente à constituição territorial, é a alteração na frequência de sua dinâmica que produz efeitos desestabilizadores sobre as subjetividades, e, dentre estes, o impacto sobre sua afetividade se destaca. Quais implicações subjetivas esta desterritorialização precipitada pode produzir? Quais as suas relações com as práticas do capitalismo na atualidade?

A repercussão se faz sentir sobre os modos de organização dos territórios existenciais, incidindo sobre os processos que os consolidam e, principalmente, nas relações afetivas que neles se constituem. É o vínculo, como agente de coesão territorial, que entra em crise sendo açoitado pelo “sopro de lobo” do capitalismo contemporâneo. Segundo Sennett “o capitalismo destrói as qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros” (Sennett, 1999 p.27). Para o autor de *A Corrosão do Caráter*, o “novo capitalismo”, com suas funcionalidades e dispositivos de controle pouco legíveis, faz sua força incidir sobre o “caráter pessoal” (Sennett, 1999 p.10). Caráter, segundo o autor, seria um termo mais abrangente que personalidade e seu

significado na antiguidade estava relacionado ao valor ético atribuído aos próprios desejos e às relações com os outros, sendo espelhado nas ligações que uma individualidade estabelece com o mundo. Ainda, segundo Sennett, o caráter:

É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. (...) Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. (Sennett, 1999 p.10)

Dessa forma, como decidir o que tem valor duradouro, o que é ético, em uma sociedade voltada para a satisfação imediata e numa economia dedicada a ganhos de curto prazo? Como manter a lealdade nas relações, a fidelidade aos compromissos e os vínculos mútuos, se as instituições, necessárias para prover suporte existencial, individual e coletivo, se reorganizam e se desmancham em ritmo estonteante? (Bauman 1998; Sennett 1999). No capitalismo moderno as pessoas são tratadas como descartáveis e suas práticas incidem diretamente nos sentimentos de confiança e de solidariedade, imprescindíveis para a constituição de laços sociais e do senso de pertença coletivo, reduzindo “o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros” (Sennett, 1999 p.174).

Nesse quadro, a estabilidade dos territórios, garantida pela frequência regular de processos básicos de funcionamento vital, é cotidianamente invadida (Rauter, 2005), sendo abalada e chegando, no extremo, a ser rompida. A aceleração frenética dos ritmos de produção subjetiva, e/ou sua caótica disritmia, solapam a estabilidade territorial, precipitando os processos de desterritorialização. A captura das subjetividades nesse regime gera impactos sobre seus corpos, sobre suas sensibilidades, sobre seus modos de se relacionar afetivamente, e “é no campo da clínica que estamos em condições de acompanhar as estranhas metamorfoses subjetivas” que são engendradas nesse movimento (Rauter, 2005 p.63). Paradoxalmente, esse sistema parece prescindir da instância humana que o constitui, como se fosse regido por alguma propriedade absolutamente extrínseca aos termos que o mantêm ativo, pois, curiosamente, a maioria daqueles que sofre os efeitos nocivos desta aceleração sente-se impotente para alterá-la. Contudo, estando-se ou não ciente desta nociva dinâmica, a potência de vida individual e coletiva é abalada e afetos tristes, em linguagem *spinozista*<sup>1</sup>, ganham contorno subjetivo, como sentimentos de desamparo, de solidão, e de desertificação territorial (Bauman, 2003; Brazão, 2012; Rauter, 2005; Sennett, 1999).

Todavia, a instabilidade dos territórios não pode ser pensada como uma expressão patológica de um indivíduo, ou mesmo de uma classe de indivíduos, sendo imputada à sua suposta incapacidade de adaptar-se à dinâmica da vida pós-moderna, como se fosse possível “adaptar-se ao inadaptável” (Rauter, 2005 p.67; Sennett, 1999). Mas, antes dessas subjetividades serem tratadas através de um enfoque psicopatologizante, ou mesmo marginalizante, como certas perspectivas na área da saúde mental e na Sociologia insistem em fazer, são os processos de subjetivação, nos quais estas deficiências se fazem presentes, que devem ser questionados pelo caráter político que denunciam e pelos efeitos que se tornam visíveis dessa constante invasão a que os territórios são submetidos (Deleuze & Guattari, 1972; Guattari & Rolnik, 1986). Pois, a tendência verificada no discurso hegemônico do capitalismo contemporâneo, que lança mão de seus dispositivos de captura mais abrangentes, como a mídia televisiva (Guattari, 1989; Guattari & Rolnik, 1986), é de atribuir ao indivíduo os fracassos na sua realização pessoal, eximindo o sistema de qualquer responsabilidade nestas falhas, uma vez que, como diz o dito popular: “quem não é competente não se estabelece”! No entanto é o próprio sistema, com suas políticas que fomentam desigualdades

sociais, que produzem legiões de indivíduos à margem da sociedade e que promovem o individualismo brutal, o grande responsável pelos fracassos individuais e sua suposta isenção nesse processo se configura como uma versão corrompida do esforço pela sobrevivência de Darwin<sup>2</sup>.

Os custos dessa invasão certamente não recaem sobre um segmento social exclusivo, ou sobre uma determinada subjetividade. Os agenciamentos de produção subjetiva operam em todos os níveis sociais, gerando expressões de acordo com fatores de subjetivação peculiares a cada classe social (Guattari & Rolnik, 1986; Guattari, 1989). De fato, é possível se falar de fatores de subjetivação coletivos que influenciam um grupo, um povo, uma nação, tais como uma revolução, ou uma tradição religiosa, por exemplo, e mundiais, como é o caso do capitalismo com suas políticas econômicas inter nações que chegam a determinar condições de desenvolvimento de países inteiros, mantendo-os subservientes a acordos internacionais de comércio de nítido benefício unilateral (Alberoni, 1981). Tampouco, estes custos podem ser circunscritos em uma expressão patológica definida, mas, seguramente, podem ser percebidos nos modos de subjetivar dos pacientes que à clínica recorrem. É em sua afetividade que se identifica a intensidade do impacto desses agencia-

mentos, levando, no limite, à desestabilização de seus territórios existenciais: “Um território corresponde à introdução de regularidades em um mundo em constante transformação, a repetições de que precisamos para viver, ou senão estaremos invadidos por uma grande quantidade de estímulos que não poderemos processar” (Rauter, 2005 p.65).

### **Política e Subjetividade: na Clínica a Denúncia**

Notoriamente, na clínica psi dos anos pós Segunda Guerra Mundial, determinadas subjetividades, “que não se enquadravam nas categorias de psicose e de neurose”, chamavam a atenção por mostrarem “deficiências de expressão afetiva” (Rauter, 2005 p.68). Winnicott, que desenvolveu boa parte de seu trabalho nos hospitais londrinos durante a invasão alemã da Europa, se refere a tais subjetividades como “esquizóides”. Segundo o analista britânico, estes indivíduos podem possuir valor numa comunidade na qual podem ser felizes e estarem engajados em uma atividade economicamente produtiva, levando uma vida regular, mas percebe-se a “existência de certas desvantagens que os afetam, e especialmente para aqueles com quem convivem” (Winnicott, 1971 p.77). Essas desvantagens revelam-se, fundamental-

mente, em suas relações sociais denunciando suas dificuldades em estabelecer e/ou manter vínculos afetivos.

Embora Winnicott reconheça a presença de fatores hereditários influenciando a formação de tais subjetividades, ele coloca sob suspeita qualquer teoria que “divorcie o sujeito dos problemas da vida comum e [põe em cheque] a universalidade do desenvolvimento individual em um dado meio ambiente” (Winnicott, 1971, p.78). Fica afastada, dessa forma, a possibilidade do desenvolvimento individual ocorrer, exclusivamente, a partir de fatores de ordem genética, que se atualizariam em períodos determinados de sua vida. A ênfase do ponto de vista *winnicottiano* recai, fundamentalmente, sobre a relação que se estabelece entre o *self* e o ambiente, atribuindo ao último a capacidade para promover ou inibir o desenvolvimento saudável do indivíduo. O ambiente, como proposto por Winnicott (1956, 1958, 1963, 1971), possui duas dimensões: a de provedor de recursos materiais e afetivos, que incluem as práticas de maternagem, os cuidados com a higiene e com a alimentação do bebê; e de espaço de projeção e de expansão do *self*, onde o bebê terá suas primeiras experiências sensoriais e afetivas, necessárias para a sua integração e para a delimitação de seu território existencial.

No início do século XX todo o Ocidente se viu influenciado pelo pensamento marxista e, com isso, verificou-se em determinados campos do conhecimento, principalmente no das ciências humanas, o deslocamento de sua orientação ideológica, no que diz respeito às produções sociais e aos seus processos constitutivos. O desenvolvimento humano hegemonicamente concebido a partir de determinações genéticas, pelo desdobramento de padrões hereditários, vem a ser pensado como sendo efeito da convergência de capacidades biológicas com processos culturais, em um dado momento histórico, sob uma perspectiva dialógica e coconstrutivista. De acordo com esse ponto de vista, tanto as relações sociais quanto o desenvolvimento individual são coconstruídos em um processo contínuo e ininterrupto, desde o nascimento até a morte, dentro de ambientes culturalmente organizados e regulados pelas interações sociais (Vasconcellos & Valsiner, 1995; Valsiner, 1988). Sendo assim, os transtornos de personalidade característicos das subjetividades esquizóides, descritas por Winnicott, encontrariam sua determinação na confluência de fatores biológicos, como sugerido pelo autor, e de outros agentes de subjetivação, de ordem política, social, econômica, enfim, culturais.

Deleuze e Guattari (1972), defendendo um ponto de vista semelhante ao de Winnicott em relação à formação da personalidade do indivíduo, ao analisarem o desenvolvimento histórico do capitalismo e suas implicações com a produção de subjetividade, vão identificar nos quadros delirantes da esquizofrenia elementos da realidade suficientes que os levam a deslocar o ponto de vista da sua gênese – tradicionalmente fundada sobre processos endógenos, de caráter bioquímico ou infanto libidinais (projeções do inconsciente) -, para a influência exercida pelo ambiente sobre tais formações. Dessa forma, politizam o delírio, contextualizando-o com os padrões sócio-históricos nos quais as individualidades encontram a sua constituição (Deleuze & Guattari, 1972). Seu trabalho não é uma tentativa de negar a existência de componentes bioquímicos e/ou infanto libidinais nos delírios do esquizo, mas de afirmar a importância que o ambiente exerce para a formação desse complexo, e a intensa captura subjetiva que determinadas individualidades, devido a sua fragilidade existencial, sofrem. De fato, Ferenczi, em 1932, se “inclinava a pensar” que nos delírios, de pacientes que apresentavam quadros histéricos ou paranóicos, não havia somente “projeções de conteúdos inadmissíveis da psique”, mas que elementos da realidade, percepções reais originadas do ambiente ou



das psiques de outros indivíduos, se misturavam com os elementos fantasiosos, compondo sua alucinação (Ferenczi, 1985 p. 58). Sugerindo, com esse ponto de vista, que os distúrbios apresentados por pacientes tipicamente delirantes encontrariam sua formação no atravessamento de componentes de ordem psíquica com elementos do campo social, alinhando-se com o pensamento de alguns de seus colegas da mesma época.

Winnicott chama a atenção para as consequências que as constantes invasões do espaço potencial podem ter no processo de amadurecimento emocional. Espaço que o autor concebe como sendo o plano de ação e de expressão do *self*, em sua dimensão corporal e psíquica. Compreendido de ser um espaço intermediário entre a realidade objetiva e a experiência subjetiva do *self* em formação (Winnicott, 1971). Nele o bebê dá os primeiros passos no sentido de seus investimentos objetais, na sua integração afetiva e na constituição de seu território existencial. Para o analista britânico a deficiência de expressão afetiva apresentada pelas subjetividades esquizóides era devida a uma formação defensiva peculiar que ele denomina de falso *self* (Winnicott, 1956, 1960, 1971). O autor sugere que para resguardar o *self* um falso *self* se desenvolve, como um mecanismo de defesa que se interpõe entre o verdadeiro *self* e o ambien-

te, mediando as relações entre ambos e suprindo as falhas do meio. Winnicott trabalha com a ideia de que o *self*, para se desenvolver de forma sadia, necessita de cuidados que garantam a estabilidade de seus processos vitais. Estes cuidados devem ser administrados numa frequência ideal, e não podem ser nem exagerados, a ponto de serem sufocantes, nem muito retardados, a ponto de parecerem ausentes. O ritmo deste cuidado é a chave para o desenvolvimento da saúde corporal e psíquica do indivíduo. A ação do falso *self* resguardaria o verdadeiro *self* das ameaças do ambiente, entendidas como invasões de seu frágil território existencial, porém teria como consequência o empobrecimento da sua vida afetiva, já que, como um “escudo protetor”, o falso *self* não somente protegeria o verdadeiro *self*, mas também filtraria excessivamente sua experiência afetiva e, em certos casos, a inibiria totalmente.

Neste mesmo período (pós-Segunda Guerra), pacientes com características semelhantes aos observados por Winnicott, na Inglaterra, chamam a atenção de Kohut, na América do Norte, sendo descritos como “personalidades narcísicas” (Kohut, 1971). A sintomática apresentada por tais personalidades guarda diversos pontos em comum com os esquizóides, descritos por Winnicott, tendo dentre os traços principais:

(...) as fantasias perversas, a perda de interesse no sexo; na esfera social: inibições profissionais, falta de habilidade para formar e manter relacionamentos significativos, atividades delinquentes; em sua personalidade manifesta: falta de humor, falta de empatia pelas necessidades e sentimentos de outras pessoas; falta de comedimento, tendência a ataques de cólera descontrolada, mentir patológico (...) (Kohut, 1971 p.23)

O psicanalista americano, conhecido pelo seu trabalho sobre a psicologia do *self*, ressalta o modo diferenciado pelo qual a transferência se estabelecia com estes pacientes, destacando que a sucessão do trabalho terapêutico era garantida pelo vínculo empático que se produzia. Para Kohut, o investimento libidinal, nesses casos, não se produzia diretamente ligado à imago parental, mas se dava associado a um “*self-object* arcaico e rudimentar”, com o qual a psiquê conservava uma parte da experiência de “perfeição narcísica” (Kohut, 1971 p.37). Dessa forma, o autor entendia não ser possível adotar simplesmente o conceito de transferência, como classicamente concebido, vindo a adotar o termo “transferência idealizada” (*idealizing transference*). Para Kohut, a personalidade narcísica se constituiria devido a algum trauma ocorrido na infância precoce que “conduziria a fixações narcísicas específicas”, gerando uma “idealização insufi-

ciente do superego, uma deficiência estrutural” (Kohut, 1971 p.55). Esse complexo incidiria sobre uma área da personalidade associada à expressão da afetividade (“a maioria dos setores de relacionamento da criança com seus pais”), que acarretaria, entre outras dificuldades, o comprometimento de seus laços sociais; um entorpecimento de suas emoções (Kohut, 1971 p.16). Diante do fenômeno que percebeu, o autor se viu impelido a desenvolver suas próprias ferramentas conceituais para possibilitar o manejo clínico e a inteligibilidade do fato. Kohut não negava a existência do vínculo na relação com seus pacientes narcísicos. Ele reconhecia uma forma diferenciada de vínculo que não se constituía pela maneira regularmente desenvolvida pela transferência, como definida pelas referências psicanalíticas de seu tempo. Para o autor de *The Analysis of the Self* este era o material de trabalho com este tipo de subjetividades e a experiência clínica o levou a considerar que, mesmo que o tratamento se prolongasse durante vários anos, a retirada da libido narcisicamente investida em objetos arcaicos (*self-objects*) e o seu investimento em “objetos verdadeiros (no sentido psicanalítico)... amáveis e odiáveis por uma *psyche* (...)”, nem sempre se concretizava (Kohut, 1971 p.50-51).

O conceito de “trauma cumulativo”, desenvolvido por Khan (1963) para quali-

ficar os efeitos patológicos do “fracasso do papel da mãe, como escudo protetor” (Khan, 1963 p.71), na formação do *self* da criança, nos auxilia a compreender as expressões negativas do ritmo desenfreado das desterritorializações no contemporâneo. Khan articula as pesquisas de diversos autores, dentre eles Winnicott, Kris, e Greenacre (Khan, 1963 p.68), para construir um ideal de inteligibilidade a fim de entender o “distúrbio de caráter” diagnosticado em um tipo peculiar de pacientes que, “nos últimos trinta anos”, predominara em sua prática clínica (Khan, 1963, p.73). Não há, basicamente, diferença caracterológica entre os pacientes traumatizados, identificados por Khan, e os tipos esquizóides, qualificados por Winnicott; de fato, ele lança mão da descrição que seu amigo e mentor faz quanto à etiologia do distúrbio que tais pacientes apresentavam. Porém, o autor de *O Conceito de Trauma Cumulativo* acrescenta a seu ponto de vista a noção de superestimulação provocativa - sem oferecer à criança as “vias necessárias para a liberação da tensão gerada” (Khan, 1963 p. 68-69) -, de Kris (1962), e a ideia de simbiose focal, de Greenacre (1959) – que sinalizava um tipo de relacionamento especial desenvolvido, entre mãe/cuidador e filho, marcado por uma “interdependência extremamente forte” (Khan, 1963 p.69).

O modelo de trauma cumulativo de Khan é baseado em invasões, concebidas como falhas no *holding* materno, ou como superestimulações sem a devida descarga da tensão provocada, as quais, devido a sua recursividade, acabariam gerando modos de subjetivar com as deficiências sinalizadas por seus observadores. É a recorrência de um agente de desestabilização subjetiva que queremos enfatizar e cooptar do conceito de Khan, para pensarmos os efeitos negativos sobre as subjetividades que as constantes desterritorializações, exacerbadas pelas políticas do “novo capitalismo”, podem provocar. Pois, recordando Sennett (1999, p.27): “Como manter relações sociais duráveis? (...) o capitalismo de curto prazo corrói o caráter, sobretudo aquelas qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros”. O “curto prazo”, nesse caso, é a expressão de um regime de funcionamento social, compreendido principalmente pelas relações trabalhistas e econômicas que acaba por se estender à esfera afetiva, criando uma atmosfera de instabilidade que envolve as relações familiares, sociais e amorosas, levando as pessoas a “permanecerem num estado contínuo de vulnerabilidade” (Sennett, 1999 p.97).

Queremos ressaltar que as observações clínicas feitas por Khan, por Winnicott, e por Kohut, guardam alguns pontos em comum: o momento histórico e político

em que são destacadas; certas características compartilhadas pelos sujeitos observados, principalmente no que tange a sua afetividade; e a influência do ambiente sobre o desenvolvimento de seus complexos subjetivos. Embora não houvesse identidade estrita entre os pacientes com trauma cumulativo, descritos por Khan, os tipos esquizóides, identificados por Winnicott, e as personalidades narcísicas, classificadas por Kohut, não podemos pensar que as características que eles compartilhavam entre si fossem a manifestação fortuita de alguma propriedade individual, ou, quiçá, a objetivação na realidade de uma abstração teórica, cuja percepção fosse devida aos ideais comuns que permeavam as teorias psicológicas da época. Fica sugerido que há fatores de ordem coletiva influenciando o aparecimento destes fenômenos e, supomos que seria o ritmo das desterritorializações, no contemporâneo, um dos principais agentes neste processo. A desorganização desse ritmo geraria impactos sobre os modos de subjetivar, coletivo e individual, acarretando o comprometimento das áreas de sua expressão afetiva, tendo como consequência mais nefasta a desestabilização dos vínculos e sendo acompanhado por uma gama de afetos e de sentimentos negativos, tais como desamparo, derrota, incapacidade, impo-

tência e, principalmente, medo (Bauman, 2003; Rauter, 2005; Sennett, 1999).

Em sintonia com estes fatos, autores atuais da clínica apontam a dificuldade que determinados pacientes experimentam para identificar seus próprios estados afetivos, e os daqueles com quem entram em relação (Bolognini, 1949, 2009; Brazão, 2012; Stern, 1985, 1995, 2004). Com frequência eles titubeiam para responder a questões que lhes são endereçadas sobre como se sentiram neste ou naquele momento. Que afeto um encontro amoroso lhes causou? Qual a qualidade do que experimentaram? Qual a intensidade do que sentiram? Esse fenômeno ganha visibilidade na clínica psi, tanto dos anos 1950, 1960, e 1970, quanto na atualidade, encontrando-se os pacientes diagnosticáveis, ou não, em alguma categoria psicopatológica. Sendo sugerido que a dificuldade na identificação de estados afetivos seria um dos principais efeitos da recorrente desestabilização a que as individualidades são expostas, a qual concorreria também para a inibição, e mesmo para a oclusão, de sua espontaneidade afetiva (Brazão 2012; Stern, 1985, 1985, 2004).

Observa-se, em paralelo, uma tendência entre representantes da clínica contemporânea, dentre eles psicoterapeutas e psicanalistas, para um desvio do enfoque analítico tradicional, centrado sobre “me-

canismos intrapsíquicos isolados” (Stolorow; Atwood; Brandchaft, 1994 p.5), para uma perspectiva intersubjetiva. Sugerindo que os fenômenos, identificados na situação clínica, e as formações inconscientes, são oriundos de conflitos relacionais afetivos desenvolvidos na infância, ao invés de serem tratados como derivados de investimentos pulsionais. Neste ponto de vista, a proposição do vínculo seria deslocada da hipótese de um impulso energético para a de variações de estados afetivos, decorrentes das relações entre subjetividades, ou seja, o vínculo seria efeito de processos afetivos intersubjetivos. Fica em voga o conceito de empatia, como desenvolvido por Kohut (1971, 1982), apresentado como poderoso vínculo emocional entre as pessoas (Kohut, 1971).

Não é mais satisfatório focar a motivação em termos de trabalhos de um aparato mental processando energias pulsionais instintivas. Ao invés disso, cada vez mais está sendo reconhecido, como Lichtenberg (1989 p.2) acertadamente argumenta, que “as motivações emergem somente da experiência vivida” e que “a vitalidade da experiência motivacional dependerá da maneira pela qual as trocas afetivas se desdobram entre as crianças e seus cuidadores”. O mais importante, em meu ponto de vista, tem sido a mudança da pulsão para o afeto como construção central motivacional para a psicanálise. (Stolorow; Atwood; Brandchaft, 1994 p.5)

## **Vínculo, Afeto e Intersubjetividade na Experiência Clínica**

Teorizar sobre o vínculo no contemporâneo, face às modulações do novo capitalismo (Bauman, 2003; Deleuze & Guattari, 1972; Sennett, 1999), implica em, assim como Kohut fez, não negar a sua presença nas relações, mas estar atento as suas vicissitudes e às formas pelas quais ele possa se expressar. Se o contemporâneo se destaca pela volatilidade dos territórios existenciais, pelo caráter evanescente dos objetos que neles se agenciam, e pela aceleração dos processos de desterritorialização, que promovem o desmanche dos territórios, por outro lado ele é um momento histórico rico, ou mesmo o mais rico que a humanidade já viveu, em termos de matérias e de meios capazes de potencializar a vida e, com isso, possibilitar outros modos de viver, de sentir e de vincular. Novos modos de vínculo podem estar se consolidando nas relações pessoais, nas relações familiares, e nas relações terapêuticas (Brazão, 2008, 2012). Modos ancestrais de vincular, como por exemplo, a intersubjetividade, que se constituíram em nossa pré-história simiesca quando a razão e a linguagem falada ainda não faziam parte dos recursos relacionais da espécie humana, podem se tornar mais comuns nesse momento, embora não exclusivos. Pois, mes-

mo não sendo o modo de vincular mais observado na clínica psicanalítica até meados do século XX, a intersubjetividade sempre esteve presente na organização dos territórios coletivos. Stern vai sugerir que a intersubjetividade se destaca como um “sistema motivacional básico e primário”, fundamental para a formação de pares, de grupos e de famílias, essencial para a sobrevivência da espécie e com *status* igualável ao sexo e ao apego (Stern, 2004 p. 119). Estes modos afetivos de vincular, que porventura possam ter ficado oclusos devido à utilização maciça da fala e do pensamento racional nas relações humanas (Stern, 1985), podem ter permanecido ausentes das observações clínicas, por terem sido negligenciados teoricamente, ou, talvez porque outros processos de vínculo tenham sido enfatizados, alcançando hegemonia dentre as hipóteses psicológicas, como é o caso da libido.

Em *O Momento Presente na Psicoterapia e na Vida Cotidiana*, Stern aponta que “o desejo de intersubjetividade é uma das mais importantes motivações que impulsionam uma psicoterapia. Os pacientes desejam ser conhecidos e compartilhar como é ser eles” (Stern, 2004 p.119). O desejo, como o autor se refere, equivale ao anseio que aquele que sofre experimenta para compartilhar seus estados afetivos com outrem. Para ele, a intersubjetividade

é um sistema motivacional básico da espécie (Stern, 2004 p.120), contudo, a ancestralidade desse impulso se torna uma questão secundária, e mesmo pouco significativa, para aqueles que exercem a clínica, pois o compromisso terapêutico está com os efeitos que a intersubjetividade produz. O que entra em jogo, para o terapeuta, é a “regulação do pertencimento psicológico *versus* solidão psicológica” que a experiência intersubjetiva delimita, pois o foco do trabalho está voltado para o sofrimento do paciente (Stern, 2004 p.122).

A assunção de Stern (2004) é que nos estados onde o “sofrimento mental” seja intenso, a exigência de “pertencimento psicológico” atinja um nível de premência maior do que a do apego e a do sexo. Na situação clínica há sempre uma mistura destes três sistemas motivacionais (sexo, apego e intersubjetividade), porém a intersubjetividade ocuparia um status preponderante sobre os outros dois sistemas e a demanda decorrente seria a de formação de “parentesco subjetivo”, levando em consideração que a procura por tratamento ocorreria, em geral, em momentos em que o nível de sofrimento do paciente (por “solidão psicológica”) seria o fator que o impeliaria em tal procura (Stern, 2004 pp. 122-124). No entanto, sem assumirmos integralmente a hipótese de Stern, de que a busca pela psicoterapia é motivada pre-

ponderantemente pela exigência de “pertencimento psicológico”, entendemos que a condição para se iniciar um tratamento psi envolva o sofrimento, seja ele causado pela solidão, seja ele causado por qualquer outra causa. De qualquer maneira, a despeito do motivo da demanda, o que se destaca é a busca do paciente pela redução de sua agonia, e isso implica no compartilhar de seu universo existencial, já que o sofrimento lhe é parte integrante e “compartilhar prolongadamente estados de sofrimento do *self* é uma situação clínica cada vez mais frequente” (Bolognini, 1949 p.141). Todavia, é consenso entre diversos autores, tanto da Psicologia Clínica, quanto da Psicologia Social (Bauman, 2003; Rauter, 2005; Stern, 2004), que estados afetivos solitários sejam cada vez mais abundantes na contemporaneidade, efeito das atuais condições sócio-políticas produzidas pelo novo capitalismo.

Stern assume que há certos processos comuns a toda experiência humana que, na clínica, se mostram privilegiados pela sua capacidade de promover comunicação intersubjetiva. A sintonia afetiva (Brazão, 2008, 2012) – *affect attunement* (Stern, 1985, 1995, 2004) – quando estabelecida proporciona que paciente e terapeuta atinjam um estado de “comunhão intersubjetiva” (Stern, 1985 p.27). Nesse sentido, há um intenso compartilhar de estados afe-

tivos, onde cada um dos envolvidos na experiência consegue, momentaneamente, entrar em contato com afetos, sentimentos, intenções, e “conteúdos mentais” do outro (Stern, 1985 p.27). A experiência de sintonia afetiva franqueia o acesso a um campo novo que está sendo criado em conjunto, pois a intersubjetividade, como proposta pelo autor, seria uma experiência entre subjetividades, na dimensão de abertura e de indeterminação que este termo comporta, colocando ambos os envolvidos em um momento altamente potente no sentido da criação de seus territórios existenciais.

Essa experiência vivida em conjunto é compartilhada mentalmente, no sentido de que cada pessoa intuitivamente toma parte na experiência do outro. (...) O compartilhar cria um novo campo intersubjetivo entre os participantes que altera seu relacionamento e lhes permite tomar direções diferentes juntos. (Stern, 2004 p. 44)

O compartilhar que a intersubjetividade promove se dá ao nível de afetos e de toda a “paisagem mental” do paciente, incluindo sonhos, medos, anseios, em suma seu universo existencial particular, por mais árido, exótico, esquisito, ou bizarro que seja (Stern, 2004 p.46). Tais adjetivos são empregados deliberadamente na tentativa de reproduzir o quadro afetivo no qual muitos dos pacientes que procuram as te-

rapias psi se encontram. A expectativa de compartilhar sua intimidade quando esta pode parecer estranha, ou mesmo perversa, aos olhares de outrem, pode conduzir ao claustro, à oclusão, ou ao sequestro de seus modos existenciais, sem transformar o sofrimento que se encontra envolvido nestes estados e, em muitas vezes, potencializá-lo (Khan, 1988). Experimentar a comunhão intersubjetiva compartilhando e cocriando mundos produz vínculo (Stern, 1985).

### **Considerações Finais**

As mutações políticas, econômicas e sociais formam um processo constante e historicamente acompanhável. Homem e sociedade coemergem neste processo, amalgamados indissociavelmente, a ponto de não ser possível se afirmar quem produz o quê. Como qualquer outro processo, seus efeitos são difíceis de serem previstos, ou mesmo incalculáveis, e só se tornam perceptíveis após uma certa duração. O capitalismo se consolidou não apenas como um modelo econômico hegemônico, mas evoluiu e, progressivamente, se tornou um modo de vida, sendo sua axiomática reproduzida nos modos de subjetivar coletivos e individuais. Hoje em dia é plausível se falar em subjetividades consumistas, voláteis, transitórias, migratórias, no sentido de que suas expressões subjetivas reprodu-

zem, em total consonância, os movimentos do capital (Neves, 2002). As transformações subjetivas produzidas nessas mutações são tão profundas que se mesclam com a própria personalidade dos indivíduos, ou, como prefere Sennett (1999), corroem seu caráter.

Paradoxalmente, essa sintonia entre o humano e o econômico, ao contrário da superficial harmonia que aparentemente nela existe, nutre processos de desestabilização subjetiva, acompanhantes inseparáveis das sinuosas modulações do capital e, dentre eles, a instabilidade dos territórios existenciais se faz notória, impulsionada pelas velocidades vertiginosas com que as desterritorializações se processam. O impacto sobre a afetividade, fator de coesão de um território subjetivo e das relações sociais, é contado como uma das consequências mais contundentes desta aceleração, que não passa despercebida aos olhares argutos dos profissionais da clínica psi.

Todavia, se num primeiro olhar fica a impressão de que os vínculos estão definitivamente abalados, ou mesmo ausentes, em uma segunda visada outros modos de vincular ganham contorno, insinuando sua presença, como signos necessários à dinâmica mutacional própria dos processos de subjetivação. No entanto, não há exclusividade nos modos existenciais, incluindo os modos de vincular e, embora haja modos



de subjetivar hegemônicos ou mesmo *prêt-a-porter* em cada época e em cada sociedade, a subjetividade se caracteriza pela polifonia e pela multiplicidade de sua constituição, comportando a convivência, em um mesmo momento histórico, da diversidade em todas as suas formas de expressão. Com isso, modos de vincular ortodoxos coexistem com modos de vincular menos comuns, embora os segundos sejam tão ancestrais quanto os primeiros na espécie humana e o olhar clínico, atento às vicissitudes subjetivas, captura essas modulações.

## Notas

<sup>1</sup> Spinoza, filósofo do séc XVI, concebe, basicamente, três grandes categorias de afetos: os afetos alegres – que aumentam a potência de vida do indivíduo -, os afetos tristes – que reduzem a sua potência, e o desejo, compreendido como tendência que todo o ser vivo possui para perseverar na sua existência, que ele denomina *conatus*. Spinoza estende sua concepção afetiva tanto para indivíduos quanto para grupos, assim, é possível se pensar em afetos coletivos que aumentam ou que diminuem a potência de existir de um grupo, de uma população, de um povo etc.

<sup>2</sup> Fazemos alusão ao livro de Darwin (1859/1958), cuja má interpretação de suas

ideias levou certos autores a desenvolverem teses como o darwinismo social, deturpando o caráter da concepção darwinista sobre o desenvolvimento individual tributário ao desenvolvimento coletivo (Dobzhansky, 1961).

## Referências

- Alberoni, F. (1981). *Enamoramento & Amor*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Bauman, Z. (2003). *Amor líquido. Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bolognini, S. (1949). *A empatia psicanalítica*. Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud.
- Bolognini, S. (2009). *Passagens. Teoria e técnica da relação intersubjetiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Darwin, C. (1859/1958). *On the origin of species or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Ireland: Mentor books.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1972) *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.

- Deleuze, G.; Guattari, F. (1980). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 1. São Paulo: Editora 34, edição eletrônica.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1980a). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* Vol. 4. São Paulo: Editora 34, edição eletrônica.
- Deleuze, G; Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Dobzhansky, T. (1961). *O homem em evolução*. 2º ed., São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, Ed. Polígono.
- Ferenczi, S. (1985) *The clinical diary*. London: Harvard University Press.
- Greenacre, P. (1959) On focal symbiosis. In: *Dynamic Psychopathology in Childhood*, L.Jessner e E.Ravenstedt (orgs.). Nova Iorque: Grune & Stratton.
- Guattari, F. (1989). *As três ecologias*. Campinas-SP: Editora Papirus.
- Guattari, F. (1992) *Caosmose. Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34 Ltda.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Heisenberg, W. (1958). *Physics and philosophy. The revolution in modern science*. New York: Harper & Row, Publishers.
- Khan, M.M.R. (1962). Psicologia do sonho e a evolução da situação psicanalítica. In: *Psicanálise: Teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.
- Khan, M.M.R. (1963). O conceito de trauma cumulativo. In: *Psicanálise: Teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.
- Khan, M.M.R. (1988). *Quando a primavera chegar. Despertares em psicanálise clínica*. São Paulo: Editora Escuta Ltda.
- Kohut, H. (1971). *The analysis of the self. A Systematic approach to the psychoanalytic treatment of narcissistic personality disorders*. New York: International Universities Press, Inc.
- Kohut, H. (1977). *The restoration of the self*. International Universities Press Inc.
- Kohut, H. (1982). Introspection, empathy, and the semicircle of mental health.

- International Journal of Psycho-Analysis* 63:395-407.
- Lichtenberg, J.D. (1989). *Psychoanalysis and motivation*. New Jersey: The Analytic Press.
- Neves, C.E.A.B. (2002) *Interferir entre desejo e capital*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, PUC-SP.
- Rauter, C (2005). Invasão do cotidiano: algumas direções para pensar uma clínica das subjetividades contemporâneas. In: Maciel J.;Kupermann, D.; Tedesco, S. (orgs.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Editora Contra-Capa, p.63-72.
- Sennett, R. (1999) *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Stern, D. (1985). *The interpersonal world of the infant. A view from psychoanalysis and developmental psychology*. USA: Basic Books.
- Stern, D. (1995). *The motherhood constellation. A unified view of parent-infant psychotherapy*. USA: Basic Books. New York.
- Stern, D. (2004). *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Stern, D. (2010). *Forms of vitality. exploring dynamic experience in psychology, the arts, psychotherapy, and development*. USA: Oxford University Press.
- Stolorow, R. D.; Atwood, G. E. & Brandchaft, B. (1994). *The Intersubjective Perspective*. USA: Jason Aronson Inc.Pennsylvania.
- Valsiner, J. (1988). Ontogeny of co-construction of culture within socially organized environment settings. In: Valsiner, J. (org.). *Child development within culturally structured environments: social co-construction and environmental guidance in development*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1988. p. 283-297.
- Vasconcellos, V., & Valsiner, J. (1995). *Perspectiva co-constructivista na psicologia e na educação*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.
- Winnicott, D.W. (1945). Primitive emotional development. In: *Collected papers through paediatrics to psycho-analysis*. USA: Basic Books, Inc. New York.
- Winnicott, D.W (1950). *Ideas y Definiciones*. Textos Avulsos.
- Winnicott, D.W (1951). Transitional objects and transitional phenomena.

- In: *Play and reality*. Pelican Books. England.
- Winnicott, D.W (1956). Primary maternal preoccupation. In: *Collected papers through paediatrics to psychoanalysis*. Basic Books, Inc. New York.
- Winnicott, D.W (1958). The first year of life. modern views on the emotional development. In: *The family and the individual development*. Tavistock Publications Limited. London E.C.4.
- Winnicott, D.W (1958a). The capacity to be alone. In: *The maturational processes and the facilitating environment. studies in the theory of emotional development*. International Universities Press, Inc. New York.
- Winnicott, D.W (1960). Ego distortion in terms of the true and false self. In: *The maturational processes and the facilitating environment. studies in the theory of emotional development*. International Universities Press, Inc. New York.
- Winnicott, D.W (1963). From dependence towards independence in the development of the individual. In: *The maturational processes and the facilitating environment. studies in the theory of emotional development*. International Universities Press, Inc. New York.
- Winnicott, D.W (1967). The location of cultural experience. In: *Play and reality*. Pelican Books. England.
- Winnicott, D.W (1969). The Use of an object and relating through identifications. In: *Play and reality*. Pelican Books. England.
- Winnicott, D.W (1971). *Play and reality*. Pelican Books. England.
- Zourabichvili, F. (2004) *O Vocabulário de Deleuze*. Edição digitalizada. Tradução André Telles. Ifch-Unicamp. Rio de Janeiro.
- 
- José Carlos Chaves Brazão:** Graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Mestre e Doutor em Psicologia pela mesma Universidade. Seguindo a linha de pesquisa dos Estudos da Subjetividade. Tendo como área de concentração a Psicologia Clínica e a Psicologia do Desenvolvimento.
- E-mail:** [zebraza@grupochi.com.br](mailto:zebraza@grupochi.com.br)
- 
- Recebido em: 11/02/2014 – Aceito em: 14/05/2014
-